

DIAGNÓSTICO DAS FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO (SC)

Emerson Vieira Marcelino

Geógrafo (UFSC) e Mestrando em Sens. Remoto (INPE)

E-mail: emerson@ltid.inpe.br

ABSTRACT - *The integrated project of research "Environmental Quality of the South Region of Santa Catarina" linked to the Department of Geoscience/UFSC has as objective to elaborate recommendations and relative propositions to the management of the area quality life. The third phase of this project was centralized in the Timbé do Sul and Jacinto Machado counties, both located in Araranguá (SC) region. Thus, as an integral part of the environmental diagnosis of the Jacinto Machado, this study focused on contemplating the land use and occupation of the urban area. Three main aspects were considered: colonization model, the formation agents and environmental problems issues.*

Key words: *land use and occupation, urban area, Jacinto Machado (SC)*

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial o Brasil experimentou um importante processo de desenvolvimento industrial e urbano, comparado ao dos países mais desenvolvidos.

Durante os anos 50, reagindo às crises internacionais e, ao mesmo tempo aproveitando-se da reconstrução econômica mundial, o Brasil, através da participação do Estado promotor e coordenador da nova estratégia de crescimento, impulsionou e diversificou a sua estrutura industrial.

Vários fatores históricos e econômicos levaram à concentração da atividade industrial brasileira na região Sudeste, especialmente em São Paulo. A economia cafeeira e uma série de condicionantes criados para dar sustentação àquele ciclo econômico, acabaram por favorecer e fortalecer a atividade industrial naquele estado.

Com o surto industrial a cidade de São Paulo, que no primeiro recenseamento brasileiro, realizado em 1872, contava com pouco mais de 31 mil habitantes, tornou-se, em 1960, a maior cidade brasileira, com

cerca de 3,3 milhões de habitantes.

Tendo o Estado como planejador da política de concentração espacial da atividade econômica e industrial, aprofundou-se ainda mais os desequilíbrios e as desigualdades regionais já existentes, promovendo-se a consolidação do Sudeste como a região de mais forte concentração industrial, financeira, comercial, populacional e de renda do país.

Com o avanço da industrialização e sobre o comando da região Sudeste, ocorreu uma integração cada vez maior do espaço geográfico brasileiro que se mantém até os dias atuais.

A partir dos anos 70, sob a tutela do Estado, configura-se em São Paulo uma relativa desconcentração industrial em direção ao interior desse estado e para outras regiões brasileiras.

Acompanhando o desenvolvimento industrial e a sua relativa desconcentração o que se percebeu foi um importante crescimento das atividades do setor terciário, não só na capital como também em todo o estado.

Nesse sentido, este trabalho tem como principal objetivo analisar a

desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços.

A região sudeste no contexto brasileiro

Com uma população aproximando-se dos 173 milhões de habitantes, o Brasil entrou na lista dos países mais populosos do mundo. Seu crescimento populacional acelerado vem acontecendo desde o século XIX. Porém, no século XX ocorreu um salto gigantesco onde a população brasileira cresceu nove vezes.

Atualmente cerca de 80% da população brasileira vive nas cidades. O estado de São Paulo com uma população de 35.582 milhões de habitantes tem a mais alta taxa de urbanização do Brasil, 93%. A maior densidade demográfica brasileira em 1996, de acordo com o IBGE, pertencia à região Sudeste, 72,25%.

Formada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a região Sudeste ocupa 10,86% da área do Brasil e cerca de 43% da população brasileira.

De acordo com SANTOS (1994:21), a população economicamente ativa (PEA) da região, em 1983, era de 46,5% da

população economicamente ativa brasileira (PEA) e respondia por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Seu setor secundário corresponde por mais de 72% da produção industrial do Brasil e concentra-se basicamente nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e Ribeirão Preto (61%), por isso foi denominada por SANTOS como “região concentrada”.

Na região reúnem-se ainda, de acordo com o mesmo autor, 62% dos pesquisadores do país, 65% das instituições de ensino e pesquisa, 66% das vagas oferecidas e 59% dos candidatos a ingressar em cursos superiores, 74% dos programas de pós-graduação e 92% dos programas de doutorado. Concentra a maior parte da atividade econômica e financeira do país, 66% das sedes das sociedades cooperativas e 79% dos bancos de investimentos.

É a região mais urbanizada e industrializada do país. Nela encontram-se as duas metrópoles globais do Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo que, graças à sua produção material e intelectual, exerce polarização em todos os estados brasileiros. Pode-se dizer que “é a metrópole onipresente em todo o território nacional, sendo também o lugar em que

são mais fortes e significativas as relações internacionais”. (SANTOS, 1994:17)

É nessa região que, tanto o desenvolvimento econômico (setor industrial e a agricultura moderna), quanto o poder político se localizam. Onde se associam, nas grandes e médias cidades, todos os tipos de atividades.

Após essas breves considerações sobre a região Sudeste e o seu importante papel de gerenciamento e comando das atividades econômicas brasileiras, passemos, a seguir, a discutir o processo de desconcentração industrial de São Paulo e o conseqüente desenvolvimento das atividades secundárias e terciárias no interior paulista.

A Desconcentração Industrial Em São Paulo

Durante os primeiros anos da década de 70 (1967-1973) a economia brasileira experimentou uma importante expansão influenciada pelas políticas fiscal, monetária e de endividamento impostas pelo regime autoritário e beneficiada pela conjuntura econômica internacional. Esse período, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, foi marcado por um intenso dinamismo na demanda de bens de consumo duráveis o que constituiu, na

época, um dos principais fatores de recuperação da nossa economia.

Devido ao crescimento tecnológico e o avanço na internacionalização da economia, o período de 1967-80 representou um maior aprofundamento na estrutura industrial brasileira.

A partir de 1974 o ritmo de crescimento da economia brasileira desacelera e esse processo só não foi maior devido à mistura de investimentos do setor público e privado, que faziam parte do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), e ao andamento dos investimentos em obras públicas que fizeram com que a indústria de transformação (bens de consumo duráveis) e da construção civil não fossem tão afetadas.

É importante ressaltar também que, já no final dos anos 70, a desaceleração contribuiu para que as exportações industriais brasileiras se diversificassem mais, passando a incluir material de transportes, caldeiras e aparelhos mecânicos, equipamentos e acessórios industriais, produtos siderúrgicos, material bélico e aeronáutico.

A diversificação, a modernização e as exigências qualitativas impostas pelo mercado externo obrigaram a indústria

brasileira a melhorar a sua estrutura produtiva que foi desenvolvida com a tutela do Estado.

A modernização e a expansão do setor industrial foram acompanhadas pelo crescimento da indústria de construção civil (que mais se beneficiou dos investimentos governamentais), da concentração da renda e do aceleração do processo de urbanização brasileira.

A integração do mercado nacional, que avançara nos anos de 1960, a partir da década de 1970 ganhou um novo impulso devido: a integração e a política de incentivos regionais que estimularam importantes migrações de capitais produtivos de regiões desenvolvidas, como São Paulo, para outras regiões do país, principalmente para o Norte e o Nordeste; e pela própria política de desenvolvimento regional que fez parte do regime autoritário brasileiro.

Assim, o crescimento industrial do Brasil nos anos de 1970 foi marcado por uma forte política econômica de “desconcentração” industrial no sentido de São Paulo para o restante do país devido, por exemplo, a instalação de pólos industriais petroquímicos, siderúrgicos, de papel e

celulose e demais insumos básicos e, principalmente, devido aos diversos organismos e instrumentos institucionais do Governo Federal que muito contribuíram para que esse processo ocorresse (CNPU - Conselho Nacional de Planejamento Urbano; CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial; CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, que restringiu a concessão de incentivo às indústrias que pretendiam se instalar na Região Metropolitana de São Paulo). Tais medidas reduziram a participação do estado de São Paulo no total do valor da transformação industrial (VTI) brasileira (58,2% em 1970, 55,9% em 1975 e 53,4% em 1980 e 51% em 1987) sem, contudo, apresentar decréscimo de sua indústria uma vez que ela apresentou taxas de crescimento expansivo devido ao rápido processo de modernização e diversificação que fizeram frente às demandas nacionais e internacionais.

Com as políticas governamentais de desenvolvimento de outras regiões, ocorreu uma importante redução do peso industrial da região Sudeste. Os estados de Minas Gerais e Espírito Santo foram beneficiados pela política econômica e ganharam significativas parcelas no total do produto

industrial brasileiro; Rio de Janeiro sofreu uma importante redução de seu peso industrial; São Paulo, mesmo tendo contra si a explicitação da política de industrialização e de descentralização industrial, conseguiu apresentar expressivas taxas de crescimento tanto na indústria quanto na agricultura. Analisando a dinâmica industrial dos anos 70, observamos que “embora esse período marque a inflexão da concentração industrial em São Paulo, as bases técnicas e estruturais implantadas em outros estados brasileiros parecem ser ainda insuficientes para um processo que consolide uma descentralização industrial mais intensa de São Paulo para o resto do país” (NEGRI, 1992: 25).

Em 1970 a indústria metropolitana de São Paulo concentrava 74,7% do produto da indústria de transformação do estado, já a do interior era responsável por 25,3%. Com o “caos” urbano da área metropolitana, o acelerado crescimento dos custos de aglomeração e o fortalecimento dos sindicatos metropolitanos, vários segmentos industriais passaram a se instalar em diversas cidades médias do interior paulista como, por exemplo, Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, São Carlos, Piracicaba e Sorocaba (mais dinâmicas), e Amparo, Indaiatuba,

Rio Claro, Americana, Araraquara, Santa Bárbara, D'Oeste, Sumaré, Pindamonhangaba, Salto, Itu, Botucatu, entre outras.

Esses fatos explicam a desconcentração industrial da região metropolitana e o desejo de não mais investir nessa área. Porém, o dinamismo industrial do interior paulista se deu, principalmente, devido a:

rede urbana moderna e ao adequado atendimento do setor terciário (saúde, saneamento básico, educação, transporte e habitação); decisiva política adotada por diversos governos estaduais, proporcionando elevados investimentos em infra-estrutura (estrada de rodagem, geração e distribuição de energia e telecomunicações, principalmente telefonia - DDD e DDI); presença marcante do Estado no setor produtivo, como, por exemplo, a instalação de refinarias de petróleo da Petrobrás em Paulínea e São José dos Campos, a consolidação do pólo petroquímico de Cubatão e a expansão da Cosipa; criação do Próalcool, que desenvolveu as indústrias de bens de capital localizadas nas principais áreas produtoras de álcool; investimentos do governo federal em instituições de pesquisas e centros tecnológicos nas áreas de informática, microeletrônica e telecomunicações (região de Campinas - UNICAMP) e a instalação do complexo aeronáutico, no Vale do Paraíba; políticas espaciais adotadas por diversos governos estaduais, investimentos em grandes e modernas rodovias (Castelo Branco, Bandeirantes, Imigrantes, Ayrton Senna - antiga Trabalhadores, Anhangüera e Washington Luiz); políticas atrativas municipais, que através da doação de terrenos, isenções de taxas e impostos municipais e a criação de distritos industriais, muito contribuíram para a efetivação do processo de interiorização da indústria paulista.

Assim, a indústria do Interior Paulista se modernizou rapidamente e seus segmentos mais complexos ganharam expressão. As indústrias mais modernas como a química, a metalúrgica, a mecânica, a de material de transportes, de material elétrico e de comunicações foram as que mais ampliaram suas participações relativas.

De acordo com dados fornecidos pelos técnicos da Fundação SEADE, o Interior paulista tem aproximadamente 17 milhões de habitantes e responde por 50% da produção industrial do estado.

Uma pesquisa desenvolvida pelo governo estadual paulista em 1998 revelou que os investimentos privados previstos para os dois próximos anos (1999 e 2000) teriam grandes chances de se concentrar em 37 municípios do interior os quais poderão se tornar pólos regionais.

O estudo revela que as privatizações das telecomunicações e do sistema de geração e distribuição de energia, os projetos de infra-estrutura, como o Gasoduto Brasil-Bolívia (que deverá atravessar 67 municípios) e a Hidrovia Tietê-Paraná (cuja área de influência atinge 108 municípios), deverão ser importantes atrativos para novos investimentos

privados no interior do estado.

Segundo dados do governo paulista, o estado recebeu US\$ 23,7 bilhões de investimentos desde o início de 1995. Dos investimentos recebidos entre 1998 e 1999, a Região de São José dos Campos ficou com 31%, a Região de Campinas com 24%, a Região Metropolitana absorveu 19%, a Região de Santos obteve 4%, a de Sorocaba ficou com 3% e as demais regiões do estado ficaram com os 19% restantes.

Os 37 municípios selecionados possuem mais de 100 mil habitantes e estão localizados próximos a centros de pesquisas e rodovias. Com os novos investimentos os técnicos da Fundação SEADE acreditam que a participação do Interior Paulista na produção industrial será superior à atual. (ESPOSITO, 1998:5)

O setor terciário brasileiro na década de 70

A partir dos anos de 1950, o Brasil passou a viver a intensificação da urbanização. A dinâmica da indústria pesada promoveu importantes modificações no processo de urbanização brasileiro.

A implantação simultânea de grandes

blocos produtivos dos setores de bens intermediários, de capital e de consumo de produtos duráveis, a expansão da infraestrutura de transporte, energia e comunicações propiciaram grandes estímulos ao parque industrial já instalado e, ao mesmo tempo, impulsionaram e intensificaram o desenvolvimento intersetorial (agropecuária, serviços e indústria).

Nesse período, a falta de uma reforma agrária e a modernização da agricultura, baseada no enxugamento da mão-de-obra rural, fez com que elevados fluxos migratórios inter-regionais se direcionassem para os maiores centros urbanos brasileiros, especialmente para São Paulo. Assim, “as características excludentes do processo de desenvolvimento econômico, os privilégios à ação do capital especulativo e o cerceamento à participação democrática na gestão das cidades, marcas do regime autoritário, completariam o quadro de uma urbanização caótica, ‘explosão urbana’.” (CANO e SINGELMANN, 1992:93)

Ao mesmo tempo, a economia continuou a intensificar o seu processo de diversificação. Com a consolidação da indústria pesada, a acentuada

modernização da agricultura no Centro-Sul e, conseqüentemente, os novos hábitos de vida e de consumo no espaço urbano, criou-se à necessidade de se desenvolver o setor terciário da economia.

CANO e SEMEGHINI (1992:93), afirmam que, nos anos de 1970, as transformações no setor terciário da economia brasileira derivam de quatro processos, a saber: da maior diversificação e modernização agrícola que provocou importantes mudanças na estrutura produtiva (como a substituição de culturas, o uso intensivo da mecanização e da quimificação e a agroindustrialização) que, por sua vez, ampliou a produção urbana de serviços de apoio (novas instituições financeiras, armazenagem, venda de insumos, engenharia, etc.), além de gerar uma extrema violência e pobreza nas cidades; do excepcional impulso industrializante que ampliou a demanda dos serviços de transportes e de distribuição e passou a exigir um grande número de novas atividades terciárias nas áreas de engenharia, consultoria, planejamento, marketing, informática e serviços financeiros; da continuidade e intensificação do processo de urbanização que impôs novos hábitos de consumo e, ao

mesmo tempo, fez surgir novas atividades de mais baixa produtividade como serviços pessoais, de reparação, emprego doméstico, funções de vigilância e limpeza e o comércio ambulante; da criação, por parte do Estado, de atividades terciárias como, por exemplo, emprego direto em campos como o do setor produtivo estatal, da educação, da saúde, da segurança, de regulação econômica, de infra-estrutura, no setor financeiro, etc.

Nesse sentido, os anos de 1970 foram marcados pela incorporação do trabalho qualificado, pela mão-de-obra feminina, pelo aceleração do desenvolvimento de serviços fornecidos em moldes empresariais e, ainda, pela acentuada expansão em áreas de radiodifusão, televisão e diversão, entre outras.

Essa diversificação e o próprio crescimento do setor de serviços produtivos constituem, de acordo com CANO e SEMEGHINI (1992:98), claros indicadores do avanço da divisão social do trabalho.

Embora os anos de 1970 tenham sido marcados pelo extraordinário crescimento do setor secundário da economia, principalmente da indústria de

transformação e a da construção civil, o desempenho do setor terciário foi bastante satisfatório, acompanhando de perto o crescimento do PIB. Os subsetores¹ que mais se mostraram dinâmicos foram os serviços produtivos, os pessoais e os sociais privados. Já os serviços públicos pouco cresceram, enquanto que os distributivos, principalmente o comércio, acompanharam a expansão do PIB.

O setor terciário paulista - décadas de 1970 e 1980

Em 1970 a economia paulista foi responsável por 39,4% do PIB nacional, por 56% do produto do secundário, por 18% do agropecuário e 34,9% do terciário. No período de 70 – 80 a PEA no terciário cresceu à taxa de 5,3% ao ano. Pouco abaixo da taxa de crescimento da PEA urbana, que foi de 6,1% ao ano. Esses dados nos revelam que, mesmo tendo havido, nos anos 70, uma desconcentração industrial do estado de São Paulo para

outros estados, não houve desconcentração significativa do PIB no terciário. Pelo contrário, a localização de novas atividades em outros estados acabou favorecendo os circuitos locais de comércio e de transportes.

De acordo com CANO e SEMEGHINI (1992:101), isso ocorreu devido ao caráter de complementaridade da desconcentração espacial dos anos de 1970, em relação ao capital industrial e financeiro localizado em São Paulo, à manutenção do seu elevado peso na população urbana do país e, também, pela acelerada modernização de seu terciário, cujos impactos mais importantes teriam que se manifestar no próprio estado.

Assim, a evolução da economia paulista na década de 1970 aproximou sua estrutura de emprego a dos países mais desenvolvidos.

Ao contrário dos anos de 1970, no Brasil, a década de 1980, foi marcada por uma forte instabilidade econômica com destacada aceleração inflacionária. O setor secundário teve uma taxa média de crescimento do produto próximo de zero; com relação à agricultura, esta também apresentou um crescimento inferior ao da

produção e a atividade profissional e outros serviços

¹ De acordo com SINGELMANN (1974), apud CANO e SINGELMANN (1992, p. 102), os subsetores podem ser assim agrupados: - *serviços distributivos*: comércio, armazenagem, transporte, comunicação e o comércio ambulante; - *serviços sociais*: saúde, ensino, administração pública, serviços comunitários e de segurança; - *serviços pessoais*: hotelaria e alojamento, alimentação e higiene pessoal, confecção e conservação do vestuário, conservação e manutenção de edifícios, esporte, cultura, diversão, rádio e televisão; - *serviços produtivos*: serviços tecnoprofissionais, de apoio à

década anterior.

No caso de São Paulo, a crise econômica foi ainda maior. Enquanto que a taxa de crescimento estimada para o Brasil foi de 2,4% ao ano, para o estado de São Paulo foi de 2,1%.

Nesse cenário, o setor terciário ampliou relativamente seu peso no PIB nacional e, em São Paulo, voltou a suplantar a indústria e tornou-se o principal setor de geração de rendas e de emprego.

No que se refere ao comércio, os dados revelam que este acompanhou a indústria, ou seja, apresentou queda na participação do PIB. Os anos de maior crescimento do comércio foram de 1984, 1985 e 1986.

Mesmo não apresentando crescimento em função do mau desempenho da agricultura e do baixo nível das importações, é na década de 1980 que o setor de comércio apresentou importantes mudanças estruturais e promoveu a concentração de capital nos principais ramos do comércio varejista, conduzido pelo predomínio das grandes redes de lojas, de supermercados e de shopping centers, entre outros.

No comércio atacadista também ocorreram

importantes transformações, principalmente porque os próprios super e hipermercados passaram a distribuir produtos para os pequenos comerciantes.

Para o setor de transporte observou-se que, no período acima mencionado, esse cresceu mais do que o setor industrial e o comercial devido ao aumento das exportações ao qual se vinculou a ocupação de áreas agrícolas no Norte, Nordeste e Centro Oeste e, devido à manutenção de programas rodoviários e de transportes de massa, principalmente em São Paulo.

Embora de pequeno peso absoluto no PIB, as atividades da área de comunicação foram as que apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento em função dos grandes investimentos em telecomunicações priorizados no II PND, da maior utilização dos serviços de informática e da expansão da rede telefônica.

Quanto às atividades financeiras, seu crescimento deveu-se ao financiamento da dívida pública interna e ao recrudescimento especulativo devido à explosão inflacionária dos anos de 1980.

financeiras, é importante que se diga que, no período, elas apresentaram um excepcional aumento no PIB total brasileiro (passando de 6,5% em 1980, para 20% em 1985 e para 23,5% em 1987).

Em 1980 o setor terciário paulista responsabilizava-se por 47% do PIB, enquanto que o secundário respondia por 39%. Em 1987 esses números passaram, respectivamente, para 58% e 37,8%.

Da mesma forma, em nível nacional, o terciário paulista que correspondia a 34,2%, em 1980, do PIB brasileiro passou para 37,8% em 1988.

Em resumo, na década de 1980, a composição setorial do PIB paulista representou um novo aumento do peso do setor terciário em detrimento ao produto industrial e ao agropecuário.

Porém, esse crescimento representou estagnação e hiperinflação e decorreu, principalmente, da especulação financeira do setor público e não do alargamento das funções de intermediação produtiva daquelas atividades (fenômeno mais associado à conjuntura desfavorável do que a uma tendência estrutural).

Em 1996, devido ao Plano Cruzado, a

participação das instituições financeiras paulistas e brasileiras, apresentaram queda acentuada.

Assim, nos anos de 1980, a Região Metropolitana de São Paulo, além de se consolidar como a maior metrópole nacional, adquiriu também alguns padrões metropolitanos semelhantes aos existentes nos maiores centros internacionais no que diz respeito ao aprofundamento do setor terciário, com maior diversificação, especialização e sofisticação de serviços.

A questão demográfica no espaço paulista

Conforme observado anteriormente, a década de 1970 representou um importante crescimento do PIB brasileiro, mas se caracterizou também como um período em que ocorreu a desconcentração industrial em São Paulo no sentido interior e para outras regiões brasileiras.

Cabe salientar novamente que a desconcentração e a interiorização industrial em São Paulo só foi possível graças à intervenção dos governos federal, estadual e municipal.

Como consequência, tem-se uma reversão demográfica no espaço paulista. No

período de 1960 a 1980, a metrópole reduziu o crescimento de sua população total em 1%, passando de 5,4% para 4,4%; para a população urbana o que se observou foi que ela também sofreu redução no seu crescimento passando de 6,9% para 4,4%, no mesmo período. No interior paulista, ocorreu uma elevação de sua população total de 2,5% em 1960 para 3,3% em 1980 e, no urbano do interior houve um ligeiro decréscimo, de 5,6% para 5,1%, respectivamente.

A relativa desconcentração industrial no sentido metrópole – interior e as transformações ocorridas no campo, impactaram diretamente sobre a produção do espaço urbano das cidades paulistas.

Na taxa de urbanização do interior, por exemplo, o que se observou foi uma importante elevação passando de 70,93% em 1970 para 83,75% em 1980.

Esse crescimento, por sua vez, modificou a dinâmica e a estrutura do setor terciário ocasionando uma maior interdependência econômica e financeira de sua base produtiva, bem como da criação de uma oferta complementar de serviços pessoais e sociais cada vez mais diversificados e sofisticados.

A expansão do terciário também se fez presente na metrópole paulista e, de acordo com CANO, et al, (1992:165), pode ser analisada em três níveis: pela expansão e diversificação do próprio setor, consequência do crescimento e da diversificação industrial que exigiu a criação e a especialização de vários serviços auxiliares à produção; pela incorporação de um grande número de trabalhadores, muitos ligados a ocupações mais qualificadas; pelo fato de ter se tornado uma grande aglomeração humana, primeira metrópole nacional, o que fez com que essa se desenvolvesse e centralizasse um grande número de serviços mais especializados e com alto grau de sofisticação, além de ter se transformado também o centro cultural e artístico do país criando a “indústria cultural”.

Nesse sentido, o terciário que concentrava 55,3% da PEA em 1970, passa a absorver 55,6% em 1980. Mais expressivo foi o crescimento desse setor no interior que de 40,8% em 1970 passou a concentrar 45,3% da PEA em 1980, conforme se observa na tabela seguinte.

Tabela 1

Participações da PEA por Setor da Atividade no Estado de São Paulo e Regiões Administrativas, 1970 – 1980

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
ESTADO DE SÃO PAULO	20,4	11,5	31,4	39,1	48,1	49,5
INTERIOR	37,7	23,1	21,5	32,0	40,8	45,3
GRANDE SÃO PAULO	2,0	0,8	42,0	45,7	55,3	55,6
LITORAL	13,5	7,0	23,0	30,0	63,5	63,0
VALE DO PARAÍBA	22,8	10,1	30,5	41,7	46,7	48,2
SOROCABA	43,3	28,3	21,6	32,3	35,1	42,8
CAMPINAS	27,6	15,2	32,1	42,0	40,5	42,8
RIBEIRÃO PRETO	39,5	25,8	19,6	30,0	40,9	44,2
BAURU	40,0	29,0	17,4	25,9	42,6	45,0
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	55,3	38,1	9,7	19,3	35,0	42,6
ARAÇATUBA	45,4	31,9	18,5	24,7	36,1	43,4
PRESIDENTE PRUDENTE	56,6	39,8	9,9	17,4	33,6	42,8
MARÍLIA	51,4	36,5	12,9	19,9	35,7	43,6

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980, apud CANO, et al., 1992, p.207.

À medida que a indústria foi se desenvolvendo no interior paulista aumentou-se o número da PEA no setor secundário (21,5 % em 1970 para 32% em 1980) e, conseqüentemente, no terciário (40,8% em 1970 para 45,3% em 1980). Ao passo que, com a modernização da agricultura, houve uma importante redução da PEA no setor primário da economia do interior paulista (37,7% em 1970 para 23,1% em 1980).

Conforme pode ser observado na tabela 1, no período de 1970 a 1980, o estado de São Paulo registrou uma importante redução de PEA no setor primário, tanto na Grande São

Paulo quanto em todo o interior. Por outro lado, todas as regiões administrativas do estado tiveram um importante aumento da população economicamente ativa no setor secundário e terciário.

O crescimento do setor terciário, tanto na metrópole paulista quanto no interior, ocorreu devido à incorporação de serviços mais qualificados nos setores distributivos, produtivos e sociais, a exemplo da expansão observada nos serviços de saúde e educação, principalmente da rede privada.

Em síntese, na década de 1970, a PEA no setor terciário cresceu a uma taxa média de 5,1%, superior ao crescimento da população

total e urbana da Grande São Paulo que foi de 4,4% para ambas.

Tabela 2

Estado de São Paulo: índices de crescimento real do valor adicionado total por região

REGIÕES	1980 (1970 = 100)	1988 (1980 = 100)
ESTADO DE SÃO PAULO	206,10	118,10
GRANDE SÃO PAULO	184,01	101,75
INTERIOR	252,70	142,68
LITORAL	271,31	123,03
VALE DO PARAÍBA	303,14	134,83
SOROCABA	286,63	157,65
CAMPINAS	280,63	151,19
RIBEIRÃO PRETO	259,07	156,34
BAURU	223,08	138,46
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	192,09	129,70
ARAÇATUBA	150,34	119,81
PRESIDENTE PRUDENTE	135,67	102,81
MARÍLIA	177,78	127,86

Fonte: CANO, et al., 1992, p.206.

De acordo com as informações obtidas através da tabela 2, observa-se que, partindo-se de índices 100 em 1970, o estado de São Paulo atingiu um índice de 206 em 1980; a região metropolitana de 184 e o interior de 253.

Analisando as regiões que compõem o interior, as que apresentaram os maiores índices de valor adicionado foram, respectivamente, o Vale do Paraíba com 303, Sorocaba com 286, Campinas com 280, Litoral com 271, e Ribeirão Preto com 259. Esses números são compreensíveis haja vista que essas regiões configuram-se como os principais pólos de industrialização do interior.

Conforme se observa ainda, em 1988 (1980 = 100) o valor adicionado real decresceu em todo o estado, passando de 206, em 1980, para 118. Com exceção da região de Presidente Prudente, as demais apresentaram valor adicionado maior do que o obtido pelo estado. O que demonstra que, relativamente, o interior cresceu mais do que a região metropolitana.

Os números fornecidos pelas tabelas 1 e 2 nos revelam que o interior foi quem mais se beneficiou dos programas de desenvolvimento econômico das décadas de 70 e 80. Seu desempenho, oriundo da desconcentração econômica na Grande São Paulo no sentido interior, alterou também a

dinâmica populacional do estado. Esse dinamismo econômico, cuja principal causa foi o desenvolvimento industrial e, por consequência, do comércio e dos serviços, fez com que a região se tornasse a maior receptora de migrantes nacionais, o que acelerou ainda mais sua taxa de urbanização, daí o crescimento do setor terciário.

A desconcentração comercial no estado de São Paulo

Na década de 1980, a atividade industrial brasileira, que havia se tornado até então o setor mais dinâmico da economia, passa a apresentar queda em seu crescimento e, ao mesmo tempo, o setor terciário ganha destaque.

Sob um novo modelo mundial, o comércio vai aos poucos se consolidando, principalmente através da expansão das redes de supermercados e hipermercados, shopping centers, lojas de departamento, lojas de conveniência e franquias.

Devido ao modelo de desenvolvimento mantido no país, que beneficia as grandes empresas em detrimento das pequenas e médias, a partir da década de 1980 o Brasil passou a receber um grande número de empresas estrangeiras que, evidentemente,

instalaram-se nas regiões mais ricas do país, Sul e Sudeste, à procura dos consumidores.

Conforme salientamos nos itens anteriores deste trabalho, na década de 1970 têm-se início um importante processo de desconcentração industrial em São Paulo, rumo ao interior. Devido à enorme interdependência entre a indústria e o comércio, este também se desconcentra, acompanhando o mesmo rumo das indústrias. Assim, o comércio passa a se desenvolver no interior paulista, propiciando a instalação de grandes equipamentos comerciais nas maiores cidades desse estado.

ORTIGOZA (1996:46), afirma que essa desconcentração se deu em dois níveis: internamente no espaço urbano, a partir do antigo centro da cidade, e no espaço estadual e nacional, a partir da metrópole paulista. A autora aponta como causas dessa desconcentração: a incorporação de novas estratégias econômicas mundiais que implicam em não privilegiar as antigas áreas centrais das cidades, devido à própria dificuldade de circulação de veículos; o aumento do uso do automóvel que tornou possível o deslocamento até os centros de compras; o aumento da área urbanizada

provocada pela expansão da indústria e, as próprias modificações estruturais do comércio varejista que passaram a exigir a desconcentração.

Inicialmente, a desconcentração comercial ocorreu com os estabelecimentos de grande porte (hipermercados, shopping centers e outros) que, devido à falta de espaço nos centros urbanos ou até mesmo devido à especulação imobiliária nesses espaços, passaram a se instalar em áreas periféricas urbanizadas que dispunham de amplos terrenos livres, ou próximo às rodovias rumo ao interior paulista como a Anhangüera, a Bandeirantes, a Washington Luiz, a D. Pedro e outras.

Com a desconcentração industrial e comercial na metrópole, o interior passou a receber maior especialização e sofisticação no setor terciário. É nesse período que, acompanhando os shopping centers e hipermercados, passam a se instalar nas maiores cidades paulistas as redes internacionais de fast food que acabaram por fortalecer a uniformização e a padronização dos gostos, hábitos e comportamentos. Cabe salientar que, além do importante papel do Estado enquanto planejador e executor de uma série de infra-estrutura básica (como, por exemplo,

transporte coletivo, saneamento básico, rodovias, anéis viários, pavimentação, entre outros), coube aos órgãos publicitários em geral, especialmente à televisão, divulgar e incentivar as novas formas de consumo.

Analisando o processo de desconcentração industrial e comercial da metrópole em direção ao interior paulista CANO (1991:53) observa que:

“... concomitante a um avanço significativo no grau de desconcentração e centralização dos capitais nos principais setores do terciário, ocorreria uma descentralização progressiva dessas atividades, em direção aos maiores aglomerados urbanos, os que já apresentavam ‘massa crítica’ mínima, econômica e populacional, em nível local e regional. Com isso, se por um lado tendeu a diminuir o enorme hiato aparente entre as feições urbanas dessas cidades e a capital, por outro a presença de grandes lojas, shoppings, supermercados, hotéis ou serviços especializados iria relegar a uma presença secundária os grupos de capital local anteriormente estabelecidos. Ainda, esse movimento contribuiria para consolidar a hierarquia na rede urbana do estado, reforçando o papel dos pólos regionais das maiores cidades.”

Nesse contexto, é importante lembrar que, se por um lado essas novas formas de comércio aproximaram as formas de consumo do interior à capital promovendo a padronização, por outro lado, em muitos casos, acabaram por contribuir para o fechamento de um grande número de estabelecimentos comerciais mais

tradicionais, de capital local, que não conseguiram competir com as modernas redes internacionais.

Cabe ressaltar ainda que, mesmo com a desconcentração industrial e comercial ocorrida em São Paulo, nem todas as atividades econômicas fizeram o mesmo. Os escritórios centrais das indústrias, o sistema financeiro, os centros decisórios, as atividades quaternárias, culturais e artísticas, entre outras, permaneceram instaladas na capital, fortalecendo ainda mais o poder hegemônico da metrópole paulista.

Dessa maneira,

“... o processo de desconcentração industrial e comercial faz parte do processo da nova divisão social do trabalho, da diversificação e modernização da economia como um todo, pois o setor terciário foi sofisticando-se e o número de estabelecimentos ligados a prestação de serviços foi aumentando consideravelmente. Isso significou uma transformação acelerada do espaço urbano, redefinindo funções.” (ORTIGOZA, 1996:51).

Cabe salientar que todas essas mudanças alteraram também, e de forma significativa, a produção do espaço urbano das cidades do interior, redistribuindo espacialmente as atividades econômicas, além de mudar os hábitos e costumes das pessoas desses lugares.

Análise atual do setor de serviços na metrópole paulista

Nas últimas décadas, o Brasil tornou-se uma economia na qual o setor de serviços representa quase dois terços do emprego urbano metropolitano e, mais da metade do PIB, semelhante à economia dos países desenvolvidos.

A expansão das atividades de serviços, em nível mundial, constitui uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano no século XX, pois além da sua dimensão em termos de renda e emprego, seus diversos segmentos proporcionam insumos fundamentais ao setor industrial, como é o caso, por exemplo, de seguros, das telecomunicações, dos transportes e de todo o setor bancário.

No Brasil as atividades do setor de serviços respondem por parcelas significativas da geração de emprego e da renda. Esta evolução da estrutura do emprego e do PIB por grandes setores econômicos apresenta características de terceirização comuns, ou seja, o declínio das atividades agropecuárias e expansão da indústria e dos serviços.

A mudança estrutural operada

internacionalmente chegou ao Brasil com o desenvolvimento industrial e com a acelerada urbanização desde os anos 70, acarretando um aumento sensível da participação das atividades de serviços, provocando uma importante transformação na estrutura econômica nacional.

Conforme já observado, desconcentração industrial e comercial da capital em direção ao interior paulista, promoveu uma nova divisão territorial do trabalho que privilegiou não só a cidade de São Paulo, mas toda a sua região metropolitana. SANTOS (1994:39), afirma que “a acumulação de atividades intelectuais ligadas à nova modernidade assegura a essa área a possibilidade de criação de numerosas atividades produtivas de ponta (...) garantem preeminência em relação às demais subáreas e atribuem, por isso mesmo, novas condições de polarização”.

Graças ao crescente fluxo de informações indispensáveis ao trabalho produtivo concentradas geograficamente em São Paulo, a metrópole paulista se impõe, cada vez mais, em todo o território nacional.

SANTOS (1994:40), escreve ainda que sem deixar de ser a metrópole industrial do país, apesar do movimento de

desconcentração da produção verificado a partir da década de 70, São Paulo tornou-se também a metrópole dos serviços, das atividades do terciário e do quaternário, o grande centro das decisões, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens.

Enquanto as atividades de produção material tendem a se dispersarem, as do terciário, especialmente dos chamados “novos serviços”, tendem a se concentrar geograficamente.

Nesse contexto, e ainda de acordo com SANTOS (1994:43), São Paulo passa a conhecer a sua terceira etapa de mundialização tornando-se a metrópole global, cujas atividades hegemônicas utilizam a informação como base principal de seu domínio.²

Todavia, cabe salientar que, a medida em que a indústria e vários setores comerciais se interiorizaram e com a modernização da agricultura, a partir dos anos 70, o terciário também se interiorizou graças à expansão do setor público e da agricultura moderna, levando a uma maior necessidade de

² De acordo com SANTOS (1994, p. 41), a primeira etapa de mundialização vivida por São Paulo foi aquela baseada no comércio, na qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na industrialização e dura até os anos 60.

emprego ligado à circulação de produtos, mercadorias, informações e capital, enfim, à prestação de serviços.

Por outro lado, a modernização do sistema produtivo e as transformações oriundas desse processo, provocaram o surgimento de uma série de empregos e serviços que, não foram capazes de absorver a população menos qualificada e despreparada para atender as novas exigências do “novo mercado”. Assim, ao mesmo tempo em que a metrópole paulista ganha o título de metrópole global, como não poderia deixar de ser, presencia-se também o crescimento do número de desempregados e subempregados, do serviço informal que muito bem caracteriza as metrópoles do “Terceiro Mundo”.

A transferência de postos de trabalho da indústria para o comércio e a prestação de serviços implica também na substituição do trabalho assalariado por trabalho por conta própria. Assim, uma importante mudança que vem ocorrendo nos últimos vinte anos no Brasil é a substituição do emprego formal, com registro em Carteira de Trabalho, pelo emprego informal.

Num estudo sobre o setor de serviços no Brasil, MELO, et al. (1998:24) escrevem

que em 1985 o comércio ambulante representava 15,69% do comércio total, alcançando 21,18% em 1995. De acordo com os autores, isto é resultado do crescimento de 107% da ocupação no comércio ambulante, o que implicou uma participação de 31,45% nos postos de trabalho gerados no comércio. Prosseguindo com a análise os autores afirmam ainda que houve no período uma grande redução da percentagem da mão-de-obra com carteira de quase 44% para cerca de 33%. Esse espaço foi ocupado por trabalhadores por conta própria ou sem carteira.

SINGER (1999: 46), ao analisar o processo de desindustrialização, exclusão social e política em São Paulo, descreve com precisão a gradativa informalização das relações de emprego na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) entre 1981 e 1993. Segundo ele, entre 1981 e 1985, o número de empregados formais na RMSP subiu 520,2 mil, enquanto que o de empregados informais, 431,7 mil. Porém, de acordo com o autor, como no início do período havia 3,6 vezes mais empregados formais do que informais na metrópole, o incremento quase igual das duas categorias indica que, em termos relativos, a segunda

creceu mais do que a primeira. O que sugere que a informalização do emprego já estava em curso no início da década de 80. Prosseguindo sua análise o autor escreve ainda que no período compreendido entre 1985 e 1993 a situação mudou, pois a informalização foi imensamente acelerada. Neste período, o emprego formal na RMSP diminuiu em 346,0 mil postos, eliminando dois terços do crescimento dos quatro anos anteriores. Por sua vez, o emprego informal continuou aumentando num total de 260,9 mil.

Nesse cenário de transformações, a organização dos trabalhadores é atingida ao mesmo tempo pela precarização (desassalariamento ou terciarização e de informalização) e pelo desemprego cada vez mais crescente. Essas informações retratam o crescimento quase explosivo do um “exército industrial de reserva”, que se constitui numa importante barreira para as organizações sindicais nas mobilizações para lutas coletivas, até mesmo para defender o salário.

Ocorre, portanto, uma intensa segregação não só espacial da atividade produtiva, como também da distribuição, da circulação, do consumo, do trabalho e das classes sociais. O que, aliás, constitui-se

como uma característica mundial fruto das importantes transformações que estão ocorrendo no sistema produtivo como um todo.

A metrópole paulista: algumas considerações

De acordo com os dados disponíveis, a aglomeração paulistana pode ser considerada como a mais populosa do mundo e também a mais extensa. É a metrópole onde mais se trafega em transportes rodoviários (cerca de oito milhões de viagens de ônibus por dia), possui o dobro de passageiros de Londres, quatro vezes mais que Nova York e cinco vezes mais que Paris. É a campeã mundial em número de táxis, cerca de 35 mil, que transportam diariamente em torno de 450 mil passageiros, além de ser a recordista no uso de automóveis. Foi a cidade dos trópicos que apresentou as maiores taxas de crescimento industrial e econômico.

A cidade de São Paulo que estendeu suas ruas e avenidas através dos municípios vizinhos extrapolando a divisão oficial da Grande São Paulo, promove agora a fusão com a grande malha urbana de Campinas. Como resultado, a macrometrópole passou

a ter 46 municípios, ao invés dos 39 que até então possuía, com um total de 1,5 milhão de habitantes.

Devido ao seu processo de modernização cosmopolita, tanto da cidade como da região metropolitana, possui instrumentos modernos semelhantes aos dos Estados Unidos e da Europa. Junto com Tóquio e Los Angeles, é a aglomeração com maior número de trabalhadores nas indústrias (32,8% dos trabalhadores). Foi justamente esta base industrial que criou o alicerce para que ela se tornasse uma cidade informacional, um centro internacional de serviços. É ela quem comanda o setor terciário do país, principalmente o de informação, o das atividades técnicas e artísticas. Mas, por outro lado, é também uma cidade onde a pobreza tem aumentado muito. (SANTOS, 1994:13-15)

Configura-se como uma cidade onde o belo e o luxuoso convivem lado a lado, pois São Paulo é “a metrópole econômica de um país subdesenvolvido, onde não há melhor lugar para os pobres que as grandes cidades, uma metrópole internacional e uma metrópole involuída”. (Idem, p.15)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise realizada neste

trabalho pudemos perceber que, a partir dos anos de 1970, impulsionado pelo Estado militar, ocorreu no estado de São Paulo uma importante transformação no sistema produtivo.

Gradativamente, tem-se um processo de relativa desconcentração industrial em direção ao interior do estado e para outras regiões brasileiras. Mesmo assim, São Paulo continua sendo o estado mais industrializado do país.

Os dados obtidos na execução deste trabalho nos relevam que o interior paulista foi a região que mais se beneficiou dos programas de desenvolvimento econômico das décadas de 1970 e 1980. Em função da desconcentração econômica na Grande São Paulo o interior passou a experimentar um importante dinamismo econômico que alterou sua dinâmica populacional, desenvolveu o comércio e o setor de serviços, fez com que a região se tornasse a maior receptora de migrantes nacionais, o que acelerou ainda mais sua taxa de urbanização.

Com relação à Região Metropolitana de São Paulo este estudo nos revelou que esta ainda concentra uma importante parcela da riqueza gerada nacionalmente, mas

desproporcional em relação à sua população. Sua participação no PIB nacional, em linhas gerais, está diminuindo. Mesmo assim, o seu VTI ainda tem uma importante participação. Porém, desde os anos 70, em termos relativos, ela vem perdendo sua posição para o interior que, em nível de Brasil, tem aumentado consideravelmente a sua participação.

Assim, o que se percebeu ao longo deste trabalho é que, a medida em que o setor secundário da economia foi se desenvolvendo no interior de São Paulo, as atividades do terciário acompanharam essa interiorização observa-se um importante desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, não só na capital mas também nas principais cidades do interior do estado.

A nova indústria da economia globalizada, que utiliza o sistema “just-in-time” e que não precisa de grandes áreas para seus estoques, precisa estar próximo a um mercado de alto potencial de consumo enquanto se beneficia da proximidade dos centros de conhecimentos e de informações. Por isso, observa-se na atualidade a criação de importantes pólos tecnológicos em todo o país, especialmente em São Paulo.

Assim, no caso das indústrias, a opção pelo interior não trouxe consigo o esvaziamento da metrópole, pois ela tornou-se o centro das decisões financeiras, uma cidade global conectada, ao mesmo tempo, com todo o mundo.

Essas mudanças provocaram uma nova divisão territorial do trabalho onde a RMSP passou a desempenhar o papel de metrópole informacional. A partir de então a capital passou a ser o pólo não só industrial, mas também, intelectual, artístico, comercial e financeiro do Brasil.

Dessa maneira, sem deixar de ser a metrópole industrial do país, apesar do movimento de desconcentração da produção, São Paulo tornou-se também a metrópole dos serviços, das atividades do terciário e do quaternário, o grande centro das decisões, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AZZONI, C. R. **Incentivos Municipais e Localização Industrial no estado de São Paulo.** São Paulo: IPE/USP, 1981. (Ensaio Econômico, n. 6)
- CANO, W. et al. O Processo de Urbanização Paulista no Período 1979-1980. In: **Coleção São**

Paulo no Limiar do Século XXI Cenários da Urbanização Paulista – Documento Básico, São Paulo: Fundação SEADE, 1992, Vol. 5, p. 1-105.

CANO, W., SEMEGHINI, U. C. Diagnóstico do Setor de Serviços : Documento Básico. In: **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista – Setores de Indústria e de Serviços. São Paulo: Fundação SEADE, 1992, p.83- 115.

CANO, W. et al. Análise do Setor Serviços no Estado de São Paulo. In: **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista – Setores de Indústria e de Serviços. São Paulo: Fundação SEADE, 1992, p.161- 182.

CLEPS, G. D. G. **O comércio Atacadista de Uberlândia (MG): mudanças tecnológicas e estratégias territoriais**. Rio Claro: UNESP, 1997, 181p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, UNESP, 1997.

CORDEIRO, H. K. A “cidade mundial” de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: **Fim de Século e Globalização : o novo mapa do mundo**. Santos, M. et al. (orgs). 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 318-331.

ESPOSITO, M. Capital privado migra para o interior de São Paulo. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01/04/1998, p. 5 (Dinheiro).

GALVÃO, A. C., VASCONCELOS, R. R. Política Regional à Escala Sub-Regional: uma tipologia Territorial como Base par um Fundo de Apoio ao

Desenvolvimento Regional. **Textos Para Discussão**. Brasília: IPEA, 1999, n. 665.

Gazeta Mercantil. São Paulo S. A. - A locomotiva está de volta. São Paulo, 26/11/1997, p. 1-8. (Especial)

MELO, H. P de. et al. O setor serviços no Brasil: Uma Visão Global – 1985/95. **Textos Para Discussão**. Brasília: IPEA, 1998, n. 549.

MENEZES, L. T. de. Uma das maiores nações urbanas do mundo. In: **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 03/04/2000, p.44 (Caderno Especial – Gazeta Mercantil 80 anos).

NEGRI, B. A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980). In: **Coleção Economia Política**. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), São Paulo: Fundação SEADE, 1988, Vol 1, n.2, p.55-113.

_____. A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1970-89). In: **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista – Setores de Indústria e de Serviços. São Paulo: Fundação SEADE, 1992, p.15 – 79.

NEGRI, B. el al. O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980). In: **Coleção Economia Paulista**. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), São Paulo: Fundação SEADE, 1988, Vol 1, n.1, p. 3- 105.

ORTIGOZA, S. A. G. **As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil**. Rio

Claro: UNESP, 1996, 180p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, UNESP, 1996.

PACHECO, C. A. Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. **Textos Para Discussão**. Brasília: IPEA, 1999, n. 633.

PINTAUDI, S. M. **Os supermercados na Grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles**. São Paulo: USP, 1981. 108p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, USP, 1981.

PINTAUDI, S. M. **O templo e a mercadoria: estudo sobre os shopping-centers do Estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 1989, 156p. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, USP, 1989.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/ Educ, 1994.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). **Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista**. São Paulo: SEADE, 1988.

_____. **Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista** – Setores de indústria e de serviços. São Paulo: SEADE, 1992 (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI).

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999, p.34-58.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TARTAGLIA, J.C., OLIVEIRA, O. L. (Orgs.) **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. São Paulo: EDUNESP, 1988.

VERGARA, R. Grande São Paulo do séc. 21 invade limites e alcança Campinas. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24/01/1999, p. 1-8 (Terceiro Caderno – Cotidiano).

ZIMMERMANN, G. Diagnóstico do Segmento do Comércio. In: **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista – Setores de Indústria e de Serviços. São Paulo: Fundação SEADE, 1992, p. 119- 144.